

Letras de Hoje
estudos e debates de
assuntos de lingüística,
literatura e língua
portuguesa

LETRAS DE HOJE
Estudos e debates de
ciências de linguística
Linguística e língua

EXPEDIENTE

LETRAS DE HOJE

Fundada em 1967

Administração: Avenida Ipiranga, 6681

Caixa Postal 1429

90.000 Porto Alegre - RS - Brasil

Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Letras/Centro de Estudos da Língua Portuguesa em convênio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Diretor: Prof. Ir. Elvo Clemente

Vice-Diretor: Prof. José Marcelino Poersch

Conselho Editorial

Para assuntos lingüísticos: Augustinus Staub, José Marcelino Poersch, Leonor Scilar Cabral, Feryal Yavas e Mehmet Yavas.

Para assuntos literários: Gilberto Mendonça Teles, Heda Maciel Caminha, José Edil de Lima Alves, Petrona Dominguez de Rodrigues Pasquês e Regina Zilberman.

Para assuntos interdisciplinares: Ignacio Antônio Neis e Urbano Zilles. A Revista aceita contribuições de sua especialidade.

Os originais enviados à Revista não serão devolvidos, mesmo que não sejam utilizados.

A Revista aceita trocas.

On demande l'échange.

We ask exchange.

Preço da assinatura

— 4 números anuais —

Brasil: Cr\$ 2.200,00

Exterior: US\$ 30

Número avulso: Cr\$ 60,00

Os pagamentos podem ser feitos por cheques bancários ou através de vale postal em favor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO

COMISSÃO EDITORIAL — Apresentação p. 5

JACQUES LEENHARDT — O "salber-ler": as modalidades sócio-históricas da leitura p. 20

HEDA MACIEL CAMINHA e ALICE T.C. MOREIRA — Por uma leitura do prefácio p. 21

C. DAVID TURPIN — The travel literature of Erico Verissimo p. 25

GUILLERMO DE LA CRUZ CORONADO — Lygia e a condição humana p. 37

DARLENE J. SADLIER — Problematic aspects in two proletarian novels: *Jews without money* and *Suor* p. 61

IVETE KIST HUPPES — Tragédia clássica e tragédia moderna p. 77

ARICY CURVELLO — Com um braço em cada hemisfério. p. 89

JOSÉ MARCELINO POERSCH — Lingüística computacional p. 97

RECENSÃO

Épica e modernidade em Sousândrade — Lígia Vassalo ... p. 109

RESENHAS p. 111

APRESENTAÇÃO

Desde seu primeiro número, publicado em 1967, LETRAS DE HOJE oferece espaço para o debate de assuntos literários e lingüísticos. Assim, ao lado das diferentes tendências da Teoria da Literatura e da Lingüística, apresentam-se estudos e análises de textos que abrangem desde os autores mais antigos aos contemporâneos, abrindo também lugar para a reflexão sobre terrenos novos como Leitura, Lingüística Aplicada, Literatura Comparada, Literatura Infantil, Semiótica. Entre teoria e prática focam-se novos ângulos sobre autores, obras e linhas de pensamento moderno sobre a arte literária e sobre a linguagem.

Ao iniciar mais um ano de seu percurso, LETRAS DE HOJE neste volume dedicado à literatura, reúne estudos representativos de suas múltiplas abrangências. O ensaio de abertura, de autoria de Jacques Leenhardt, sucessor de Lucien Goldmann e atual diretor do Groupe de Sociologie de la Littérature da École des Hautes Études en Sciences Sociales, de Paris, propõe uma abordagem das modalidades sócio-históricas da leitura, com base em idéias apresentadas por seu Autor em palestra proferida na PUCRS, no segundo semestre de 1986.

Os demais ensaios ampliam a área da Crítica Literária, ao examinar a obra de Erico Verissimo, Lygia Fagundes Teles e Maria de Lourdes Hortas; incursionam pelo âmbito dos estudos comparados e discutem problemas de Teoria Literária, tais como uma proposta de classificação para prefácios e uma caracterização da tragédia como gênero literário.

É nessa medida que, selecionando ensaios de procedência diversa, mas todos muito significativos, a revista LETRAS DE HOJE assegura a continuidade de sua tarefa e, principalmente, leva adiante a meta a que se propôs desde sua fundação: a de constituir um campo aberto para a discussão de assuntos literários importantes e atuais.

A Comissão Editorial.

O "SABER-LER": AS MODALIDADES SÓCIO-HISTÓRICAS DA LEITURA *

Jacques Leenhardt

École des Hautes Études en Sciences Sociales — Paris

O debate sobre a questão da leitura surgido há mais de uma década tornou essa atividade, novamente, num problema central da Teoria Literária. Contudo, atribuiu-se pouca importância, até o momento, aos quadros sociais e intelectuais no bojo dos quais essa atividade, obrigatoriamente, se desenvolve.

Assim, quando, após dar-se durante longo período atenção quase que exclusiva aos aspectos lingüísticos e semióticos da literatura, se quis criar novamente um espaço para a questão da leitura, é normal que se tenha tentado construir, seguindo a linha metodológica do passado, algo que só poderia ser uma estética do efeito em literatura.

Os trabalhos que ilustraram essa orientação de pesquisa mostraram de que forma o texto, como aparelho retórico, visava ao leitor e organizava seus efeitos de maneira a sensibilizá-lo, ensiná-lo, convencê-lo ou, ainda, enganá-lo.¹ Depois de se ter considerado o texto como uma estrutura fechada, se lhe reconhecia, assim, uma abertura, relacionada ao que o crítico pudesse reconstituir a respeito das intenções manipuladoras do escritor.

Por sua vez, H.-R. Jauss deu a essa atenção prestada aos aspectos comunicativos da obra literária uma dimensão dialógica, propondo o estudo da atividade de leitura concebida como "resposta" a uma "pergunta" formulada sob a forma de texto.² O paradigma pergunta/resposta apresenta certamente a dupla vantagem de postular a existência de comunicação entre o escritor e o leitor,

* Tradução de Maria Luiza de Carvalho Armando (UNIJUI/FIDENE) e revisão de tradução por Maria Antonieta Porres (UFRGS).

sem, contudo, impor a idéia de um contato imediato entre os atores dessa comunicação. Conseqüentemente, é possível que a "pergunta" fique sem resposta durante vários séculos; ela poderá, igualmente, suscitar uma multiplicidade de respostas ao longo do tempo. Assim, é colocado em evidência um modo essencial de funcionamento da literatura, sem que se pressuponha uma relação imediata e unívoca entre a obra e o meio em que é produzida. Em contrapartida, a natureza de tal relação continua a ser ponto nevrálgico para toda e qualquer teoria sobre a literatura.

Sartre, em *Que é a literatura?*,³ bem como numerosas pesquisas oriundas do Marxismo,⁴ tende a enfatizar o caráter consciente e voluntário dessa relação do autor com seu público, a qual, em Sartre, faz parte de uma filosofia e de uma axiologia do "projeto". Contudo, em *L'idiote de la famille*, essa relação, ainda que continue a ser privilegiada, encontra-se mediatizada por instâncias de caráter sócio-histórico, entre as quais a família é a principal. A importância possivelmente excessiva que Sartre concede à família como estrutura mediadora o conduz a privilegiar o retrospectivo na elaboração do "projeto", o que oblitera a presença dos atores da cena literária no mundo social contemporâneo.⁵

As constantes dificuldades que a Teoria Literária encontra ao enfrentar o problema da leitura provêm seguramente do fato de que ela, para poder abordar verdadeiramente esse objeto de estudo, vê-se constrangida a sair de sua regra metodológica fundamental: a predominância do texto. Ora, se não quiser renunciar a priori à dimensão comunicativa da literatura, ela terá necessariamente de recorrer aos métodos e aos problemas teóricos desenvolvidos pela Sociologia do Conhecimento e pela Sociologia da Comunicação.

Foi esse o espírito de uma pesquisa nossa sobre a questão da leitura, pesquisa empírica, cujo fundamento metodológico emanou das técnicas sociológicas clássicas da entrevista e do questionário, com tratamento estatístico dos dados colhidos. O sociólogo conhece os limites desses métodos; e o teórico da literatura não os deve ignorar. Entretanto, nenhuma intuição, nenhuma empatia lhe poderiam sugerir as questões que esses métodos, por imperfeitos que possam ser, lhe permitem colocar. Remetemos aos capítulos I e III de nossa obra *Lire la lecture. Essai de sociologie de la lecture*⁶ para o exame crítico dessas questões. Abordaremos aqui — a partir de alguns resultados expostos nessa obra — uma única questão: a da dimensão sócio-histórica do ato intelectual de ler; e o faremos,

sucessivamente, do ponto de vista das atitudes que o leitor poderá assumir ante o texto e do ponto de vista das instituições sociais que organizam essas atitudes enquanto competência.

1. AS MODALIDADES DA LEITURA

A diversidade das possíveis leituras de um texto não é um fato; é tão-somente uma evidência. Toda a dificuldade da Teoria da Literatura consiste em transformar essa evidência em um possível objeto de saber. Com essa finalidade, propusemos a mais de quinhentos leitores que lessem dois romances e, após, comentassem a sua leitura.⁷

Essa enquete mostrou que — abstraídas as divergências ideológicas ou axiológicas — os leitores, face aos textos propostos, operavam através de diferentes modalidades de abordagem. Essas modalidades dizem respeito à atitude intelectual que organiza a relação com o texto. Mesmo que tenhamos trabalhado com seis categorias profissionais diferentes, em dois países muito diversos culturalmente — a Hungria e a França —, evidenciou-se que essa grande diversidade não determinava número correspondente de modalidades de leitura. Com efeito, — e isso é válido numa primeira abordagem —, encontramos três principais modalidades de perspectiva, relativamente ao texto literário. Não é necessário dizer que essas modalidades se referem a uma "leitura de prazer"; conseqüentemente, não vigoram aí as normas de competência requeridas pela instituição acadêmica.⁸

Qualificamos de "cognitivas" essas modalidades, na medida em que designam a relação estabelecida pelo leitor entre si próprio como sujeito que conhece e o livro (respectivamente, a narrativa, o texto, etc.) considerado como objeto do ato de Conhecimento. Essas modalidades representam, assim, o fundamento de todo e qualquer ato de leitura; e a elas acedemos através da análise dos comentários dos leitores sobre sua própria leitura.

As três principais modalidades cognitivas são:

- a) a modalidade fenomenal descritiva;
- b) a modalidade emocional e identificadora;
- c) a modalidade intelectual.

a) A modalidade fenomenal descritiva

Essa modalidade de leitura visa a separar claramente o sujeito leitor do objeto lido, atribuindo a esse último a importância de um fato, mas, igualmente, a indiferença que em geral manifestamos ante um fato que não nos concerne. O leitor, nessa modalidade, se mantém à distância, não se sente interpelado e não pensa dever posicionar-se relativamente a nenhum dos elementos da narrativa. O livro é um objeto de prazer, mas, com certeza, não ligado ao sujeito-leitor por relações de intimidade ou de conveniência.

b) A modalidade emocional e identificadora

No caso dessa modalidade, a operação cognoscitiva de leitura se apresenta, primeiro, como a atividade de um sujeito. Todas as circunstâncias da narrativa, todos os valores atualizados pelas personagens são desde o início avaliados, julgados pelo leitor como se tivessem com ele uma relação necessária. O sujeito cognoscitivo participa, pois, da leitura sob o modo da implicação, o que dá um estatuto eminente à identificação e a seus efeitos psicológicos (entusiasmo, catarse, etc.). Em consequência disso, é reduzida a distância entre sujeito e objeto, podendo ser constatadas "transferências" constantes.

Sob o ponto de vista do discurso do leitor a respeito da obra, nota-se que há nesse discurso uma acentuada tendência a assestar o foco dos comentários mais nas personagens do que nas situações. O sujeito se implica pessoalmente na leitura, mas isso tem como consequência, ao nível da leitura, a crença de que trata, no mundo fictício, com "verdadeiras pessoas".

c) A modalidade intelectual

Assim como a modalidade fenomenal caracteriza-se por dar uma certa prioridade ao objeto e a emocional, inversamente, por dar uma certa prioridade ao sujeito, a modalidade intelectual caracteriza-se por um relativo equilíbrio entre essas duas instâncias. Em muitos casos, através do discurso, constata-se até mesmo uma maneira muito particular de essa modalidade objetivar a relação do sujeito-leitor com seu objeto. Os comentários adotam um ponto de vista de distância, cujo ponto focal é a relação em si mesma

e, não, o objeto posto em foco. A leitura, pois, se constrói como uma hermenêutica e apresenta relevantes aspectos metadiscursivos.

Poder-se-ia esperar que modalidades tão gerais fossem estatisticamente distribuídas por igual nas nossas populações-amostra. Ora, constatou-se que, ao contrário, tanto no interior dos diversos grupos sociais de um dos dois países, quanto no interior da população de cada uma das amostras nacionais globalmente consideradas, dever-se-iam constatar importantes variações na distribuição dessas modalidades. Portanto, esse resultado de nossa pesquisa ressalta, tanto a existência de relações privilegiadas entre uma cultura nacional, considerada como uma entidade, e certas modalidades de leitura, quanto a existência de uma predisposição, nos membros de um determinado grupo social, para servir-se de tal ou qual modalidade.

Assim, seria conveniente que a História Literária, desde que se conceba também como uma história da leitura, se voltasse para essa dimensão sócio-histórica e cultural. A literatura circula de uma cultura a outra; e não é sempre que se cogita das condições cognitivas que presidem as leituras das obras literárias. Todos nós lembramos de uma época — recente ainda — em que a leitura latino-americana e a leitura européia de Borges eram singularmente diferentes; e nossa pesquisa mostrou quão divergente era o "uso" que de Perec e Fejes se fazia na Hungria, por um lado, e na França, por outro. Essas constatações, além de reanimarem o debate sobre a noção de texto tal qual essa se cristalizou nos últimos anos, convidam a buscar os meios para constituir-se uma verdadeira história das modalidades de leitura. Com efeito, há uma idéia muito difundida a respeito das obras-primas da literatura mundial segundo a qual, ante essas obras, todo leitor se encontra em idêntica situação de leitura. Dessa forma, avalia-se com base, simultaneamente, em um universalismo da Razão e em um universalismo da qualidade literária; que, um como outro, carecem ainda de demonstração. O estudo empírico da leitura mostra, de fato, que a unidade da Razão e a unicidade do texto desempenham papel secundário no ato da leitura. Segundo o espaço e o tempo, a hierarquização das categorias da percepção e da avaliação varia de tal maneira, que se revela necessário considerar-se que o objeto visado no ato de ler é, mais do que o texto, a própria leitura. Assim, é essa "leitura", em sua diversidade moral e em sua multiplicidade histórica, que deverá agora ser objeto de nossa atenção.

2. O PODER DE LER

Toda e qualquer abordagem teórica do fenômeno da leitura se choca com a extrema diversidade com que esse se apresenta. Tal diversidade provém especialmente do fato de a literatura e a leitura terem sido, desde a mais remota antigüidade, estreitamente ligadas aos poderes políticos e religiosos que sobre elas exerceram controle e censura constantes. A história das relações dos leitores com o livro e a leitura foi assim, desde então, marcada por esses processos ideológicos.

Contudo, não se poderia reduzir a história da leitura à história das castas e dos grupos sociais detentores do poder de ler. Se os escribas e clérigos foram auxiliares indispensáveis dos poderes políticos (isso, por possuírem o domínio do principal meio de comunicação de então), o real monopólio de que desfrutaram não bastou, em sua dimensão institucional, para a elaboração de uma história concreta. De fato, o poder de ler não deve ser entendido apenas como exercício de uma autoridade soberana e arbitrária. Muito freqüentemente, os políticos, em vez de monopolizarem esse poder, tenderam, ao contrário, a difundir a competência mais amplamente no corpo social, a fim de constituir uma verdadeira hegemonia, fazendo com que o conjunto das classes aceitasse os modelos intelectuais que guiavam a sua — deles — própria prática. Assim, ao simples confisco do "saber-ler" (reduzindo-se a difusão da aprendizagem da leitura) certos poderes preferiram habilmente uma tática ativa de generalização dos modelos de sua competência (tática essa chamada, às vezes, democratização). Dessa forma, constata-se, historicamente, uma evolução que faz com que o enfrentamento social e político relativo à difusão social dos textos se desloque. Após um período em que o jogo consiste em se apropriar do saber-ler e do direito de acesso à leitura dos textos, o terreno no qual se enfrentam os atores sociais passa a ser o da própria competência de leitura. Após ter cessado o simples confisco do saber-ler, instala-se um processo de socialização da leitura, ao longo do qual o jogo se desloca em direção à imposição dos modelos legítimos de leitura. A Teologia Dogmática como leitura legítima do Livro Sagrado, o Direito e a Jurisprudência como leitura legítima da Lei, a "explicação de textos" como leitura legítima da literatura no quadro do processo pedagógico... todos esses aparelhos eminentemente interessados na leitura elaboram ao longo dos

séculos competências, que difundem através dos diversos órgãos pedagógicos a que podem recorrer.

Tais competências, encarnadas por instituições, orientam a relação do leitor com o texto, determinam o plano de pertinência da leitura, isto é, a modalidade segundo a qual o texto deve ser chamado a significar. O processo da competência efetua-se por imposição e difusão de normas. Certas correntes da instituição acadêmica, mais próximas de nós no tempo, tornaram "herética" — isto é, ridícula ou obsoleta — a leitura do texto literário como mensagem ou como símbolo; isso, pela mesma lógica que declarava ser herética a leitura da Bíblia como ficção ou como mito.

Não se trata aqui de constituir uma verdadeira história das competências legítimas. Essa, contudo, se apresenta como uma das tarefas mais urgentes da história da leitura como parte integrante da História Literária. Tal história exigirá um profundo estudo das instituições pedagógicas (no sentido amplo) cuja missão seja a difusão das normas legítimas de leitura. Essa história, aliás, não se poderá contentar com englobar as instituições dominantes, tais como — no caso da França — a Igreja Católica e a Escola Laica. Com efeito, cada sistema dominante de normas suscita o aparecimento, em suas áreas marginais, de sistemas concorrentes, que encontram uma legitimidade de oposição, seja no enfrentamento dos interesses sócio-políticos, seja na diferença dos gêneros literários e do modo de leitura induzido por esses, seja, enfim — a partir do momento em que uma parte da literatura se desenvolveu como prática relativamente autônoma em relação aos demais poderes, isto é, a partir da segunda metade do século XIX —, na concorrência que se estabelece entre os próprios grupos produtores da literatura.⁹

Infinitamente complexa — demais para as finalidades de um artigo —, tal história implica, ademais, pesquisas que não existem. Assim, após termos esboçado a largos traços uma tipologia das atitudes pessoais ante a obra literária, contentar-nos-emos com esboçar os grandes eixos, não de uma história, mas de uma tipologia das competências legítimas, cujas categorias possam orientar essa história.

Distinguiremos três competências, a cargo de instituições, que fornecem a todo e qualquer leitor um quadro de leitura legítima. Essas competências, pois, situam-se no mesmo nível epistemológico em que se situam as modalidades cognitivas estudadas acima, de que

são concorrentes. Podem elas constituir, ao sabor das circunstâncias, uma fonte socializada onde se imbrica a atitude cognitiva dos leitores enquanto sujeitos individuais. Nesse caso, se se considera o leitor, verifica-se que há de sua parte uma verdadeira obediência. Pode acontecer, também, que o sujeito faça uma leitura socialmente heteronômica. A essa segue-se, então, um conflito entre a atitude cognitiva do leitor e o modelo difundido pela competência legítima; e a leitura se revela heterodoxa.

Distinguiremos três categorias sob as quais as instituições de difusão da leitura vêem o objeto-texto:

- a) o escrito como absoluto;
- b) a simbólica literária;
- c) o escrito como texto.

Cada leitura concreta apresenta-se sempre, portanto, como um compromisso entre

1. a atitude espontânea do leitor, profundamente enraizada nas particularidades psicológicas individuais e sociais;
2. as competências dominantes (ainda que não possamos desenvolver aqui esse ponto);
3. as particularidades dialógicas apresentadas pelo próprio texto.

É da transação entre essas três instâncias que nasce toda e qualquer leitura.

A questão teórica da leitura, na perspectiva cognitiva aqui adotada, apresenta-se como a questão da passagem da alteridade — o objeto, o texto — ao Mesmo — o leitor, o eu psicológico. A transcendência do objeto, na Teoria do Conhecimento, fez com que, desde a mais remota antiguidade, o procedimento cognitivo tenha sido pensado segundo as mesmas categorias com que se pensava o conhecimento teológico. Se a designação de objeto do Conhecimento, em sua alteridade — como transcendência relativamente ao sujeito —, manifesta oportunamente a homologia entre discurso cognitivo e discurso teológico, nem por isso deve — como queria Schleiermacher — levar a pensar toda e qualquer teoria do Conhecimento sob as espécies de uma teologia. Se é certo que a tradição ocidental do Idealismo elaborou longamente em termos religiosos o problema que ora nos preocupa, é também certo que se chocou constantemente com outras correntes filosóficas. Assim, encontrar-se-ão em nossa tipologia essas diferentes orientações; que, contudo, não nos será possível ilustrar de forma abundante no âmbito deste trabalho.

a) O escrito como absoluto

O ato de ler pode apresentar-se como assumindo face ao escrito uma postura de reverência. Nesse caso, o que está escrito é reconhecido a priori como verdade, com os atributos da verdade, entre os quais, especialmente sua eficácia relativamente ao leitor. O que está escrito deve ser lido, e o que é lido impõe-se com a força transcendente do Verdadeiro. Nesse caso de figura, existe uma relação fortemente marcada entre o emissor do texto e seu destinatário. Esse último reconhece no absoluto do escrito o absoluto do próprio emissor, seja esse Deus, o Povo ou uma qualquer entidade fundadora que, tal o Ditador, ditou a Lei.¹⁰

A aplicação do escrito a seu destinatário impõe a esse a conformação ao que ele entende do texto. A indiferença ou o distanciamento ficam excluídos, porque, depois que se a admite, a transcendência do escrito se torna incontornável, como o lembra a prosopopéia das Leis no Criton ou como aprenderá Lutero, ao descobrir na Bíblia uma palavra mais verdadeira e impositiva do que a do Magister e a da tradição. Assim, uma dada idéia do corpo social na Atenas de Platão, um vento profético e reformador na Igreja no século XV, entre muitas outras idéias, contribuíram para reforçar a da força transcendente do texto, sem por isso cair no puro misticismo. Por isso, a categoria de aplicação é essencial nesse caso, porque apresenta aspectos contraditórios, relativamente à afirmação da pura transcendência. Daí provém, por exemplo, a dificuldade fundamental da teologia protestante da Graça.

A dialética entre o transcendente e a aplicação que, dessa forma, se instaura constitui o princípio de transformação desse primeiro tipo em um segundo, que chamaremos "simbólico". De fato, na medida em que a própria existência de uma palavra transcendente fez-se, no texto, comunicação, a exigência que traz em si a alteridade dessa palavra tende a tornar-se lei, a a obrigar o leitor a recebê-la como tal. É então que nasce, no ponto de articulação desses dois tipos de leitura, a noção de aplicação. A partir do momento em que o escrito se torna Lei, habilita-se ele para a aplicação. A Lei é aquilo que é lido na perspectiva da avaliação dos atos.

Contudo, para passar-se da absoluta transcendência da palavra à aplicação (alegórica ou moral), é preciso que o texto como absoluto seja submetido a um trabalho de "mundanização". É isso que

os teólogos realizaram, especialmente os que, situando-se na perspectiva da lei mosaica, construíram uma simbologia como mediação entre o plano divino e o plano humano (ou mundano). Em contrapartida, Lutero e a tradição protestante, ao buscarem uma fonte no puro ato de fé de Abraão (ao contrário da hermenêutica da lei representada por Moisés, mediador entre Deus e o povo de Israel),¹¹ desenvolvem uma teoria da leitura essencialmente a-simbólica.¹²

b) A "simbólica" literária

Na metodologia gnoseológica de Leibnitz, um corte rigoroso separa o 'conhecimento intuitivo' do 'conhecimento simbólico'. E mesmo para o fundador da idéia de uma 'característica universal', todo e qualquer conhecimento através de símbolo é rebaixado à categoria de 'conhecimento cego' (cognitio caeca).¹³

Cassirer mostra muito bem de que forma, do misticismo neoplatônico à maneira de Leibnitz e — mesmo — à de Kant, a gnoseologia do texto absoluto desvaloriza o símbolo estabelecendo uma relação inversamente proporcional entre a riqueza simbólica e o conteúdo essencial. De fato, a própria tradição mística, do pseudo Dionísio ao Romantismo, apresenta-se como um modo superior à intuição sensível e à inteligência. Aliás, Imgarden ressalta esse ponto; e se inscreve na mesma tradição, lembrando que, no processo literário, o simbolizado é apenas simbolizado, o que significa não poder aceder à auto-representação.¹⁴

O segundo tipo de leitura, pois, aceita e valoriza o plano simbólico que o primeiro tipo de leitura rejeita. Se o texto está destinado a significar para o leitor, a elaboração dessa significação e as suas condições não provêm, para o leitor, de uma captação intuitiva. Logo, ele recorre à mediação institucional que lhe garante o acesso ao Conhecimento. Assim, a leitura simbólica transita pela mediação cultural e institucional. Por isso, favorece, sem o saber, a intervenção das instâncias que legitimam a leitura.

A partir do momento em que o texto não é mais destinado a uma aplicação imediata, mas, apenas, a uma aplicação mediata, uma distância hermenêutica separa a capacidade de significar do texto e a eventual aplicação desse, como lei, às circunstâncias particulares do sujeito leitor. A leitura se apresenta então como uma

dupla atividade, que se refere, por um lado, à autonomia significativa do texto (aproximando-se, por isso, do tipo a) e, por outro, à necessidade, por parte do leitor, de constituir para si próprio uma significação a partir das características semióticas e semânticas do texto. Essa ambivalência repousa sobre o fato de que todo e qualquer procedimento simbólico implica em o "simbolizado" pertencer a um mundo que não é o do "simbolizante". É somente a partir dessa dualidade de mundos que a simbolização se torna possível como ponte gnoseológica entre o alter texto e o alter leitor. Do ponto de vista do processo gnoseológico propriamente dito, o símbolo, pois, se esgota em sua função de simbolização — isto é, em sua função de ligação, e de figuração do objeto a ser conhecido. Contudo, na leitura simbólica, ele tende a se tornar autônomo. Quando o simbolismo, como função, se torna um objeto no seio da cultura, oculta, na medida em que o faz, essa função, para se tornar ele próprio o fim do ato de Conhecimento, embora seja apenas o intérprete desse ato.

Na leitura simbólica, desaparece a separação entre o inteligível e o sensível, com a problemática da idéia e do fenômeno que a ela se liga, em favor de uma sacralização do próprio simbólico, tal qual pode ser encontrada na Teoria da Arte — em Hebbel, por exemplo: "mas a arte não é apenas infinitamente mais; ela é algo completamente distinto: é a filosofia realizada". A arte pode ser essa realização da Filosofia porque é, segundo a expressão de Goethe, "síntese do mundo e do espírito". Portanto, somente ela realiza a unidade do mundo sensível e do mundo inteligível, somente ela é símbolo e somente ela ultrapassa a dualidade sobre a qual toda e qualquer simbolização se funda.

c) O escrito como texto

Nossa tipologia gira em torno do eixo constituído pelo processo de simbolização. A leitura pode reconhecer plenamente esse processo e alimentar uma prática que, nos casos extremos, conduzirá a uma fetichização da obra de arte, com seu cortejo obrigatório de hermeneutas, de críticos e de especialistas autorizados da significação; como, igualmente, pode tender a colocar a simbolização entre parênteses, para visar a um acesso imediato à Palavra e à Verdade. Pode, também, ao contrário, tender à obliteração da função simbólica, não desejando considerar senão a presença do tex-

to e de sua organização característica. Encontramos, assim, no pólo oposto ao da leitura de tipo místico, uma leitura literal, cujo desejo de "dessimbolização" funda-se numa ética positivista e nas normas do empirismo. Em torno dessa noção de texto constituíram-se instituições competentes, das quais a principal é a instituição acadêmica.

Essa opõe-se, sociologicamente, às instituições que legitimam a leitura simbólica, da mesma maneira que, no plano teórico, opõem seus valores e suas normas (Filosofia, História, Semiótica, etc.), o que lhe tornou possível introduzir historicamente um novo discurso sobre a obra literária: o discurso do saber.

Hoje, tem-se tendência a opor radicalmente a leitura tal qual a concebe a História Literária à leitura praticada pelo pretensão "formalismo". Essas leituras, na realidade, só são contraditórias para quem aceita a separação daquilo que não pode ser separado; a saber, a forma presente — e, de certa maneira, acidental — de um texto, e a história desse. Como diz G. Genette:

visto que a História é o estudo daquilo que muda, e, conseqüentemente, daquilo que permanece, é necessário que ela se preocupe, em literatura, com estes dados perduráveis: as grandes categorias que transcendem as obras — os gêneros, os tipos de discurso, os modos da ficção, as formas estáveis, os temas recorrentes, etc.¹⁵

Assim, as posições teóricas divergentes no seio da Teoria Literária são praticamente "segundas" em relação ao tipo de leitura em que cada uma delas se funda. Do texto, cada uma delas seleciona certas instâncias de significação histórica ou formal, e torna-as objeto de um saber. Para além de sua pertinência ideológica, e de preferência a essa, tais oposições teóricas indicam, no plano sociológico, a existência dessa concorrência entre grupos intelectuais que Bourdieu descreve.¹⁶

As tipologias, com suas categorias demasiadamente gerais, têm tendência, aparentemente, a afastar leituras concretas, hic et nunc. Não obstante, essas leituras não são nunca inteligíveis, senão se as faz passar por generalizações: a pura diversidade permanece opaca. Em *Lire la lecture...*, tentamos aliar o olhar muito próximo ao muito distante. A necessidade de categorias englobantes revelou-se com isso ainda maior. Mas, se se quer levar às últimas conseqüências o esquematismo que aqui nos inspira, é preciso tomar em conta um terceiro plano tipológico antes apenas mencionado aqui: o

da estratégia de leitura elaborada pelo próprio texto. Não é nossa intenção desenvolver neste trabalho as categorias dessa estratégia; tanto mais, que esse é o setor que maior atenção tem merecido por parte da Teoria da Leitura. O texto coloca seu leitor numa postura de leitura que é elaborada através de um jogo de modalidades de comunicação (postas em funcionamento pelo aparelho retórico textual).

Conseqüentemente, dever-se-á encarar um ato concreto de leitura — ou, se se quiser, a experiência de leitura¹⁷ — sob um triplo aspecto: o das normas legítimas (competências), das modalidades cognitivas (sujeito leitor) e das modalidades de comunicação (objeto de leitura). Somente através desse procedimento conseguir-se-á captar a significação específica de cada um dos atos singulares de leitura, no quadro cultural englobante que os define.

(Paris, 1984)

NOTAS

1. Cf. ISER, W. *Der Akt des Lesens*. Munique, 1976.
2. Cf. JAUSS, H. R. *Literaturgeschichte als Provokation*. Frankfurt, 1970.
3. SARTRE, J. P. *Qu'est-ce que la littérature?* Paris, 1947. [Trad. port.: "o que é a literatura?" In: ——. *Situações II*. Trad. de R. M. Gonçalves. Lisboa, Europa-América, 1968, p. 53-314.]
4. Cf. NAUMANN, M. et alii. *Gesellschaft, Literatur, Lesen*. Weimar, 1975.
5. Cf. SARTRE, J. P. *L'Idiot de la famille*. Paris, 1971 e 1972. 3v. Cf. LEENHARDT, J. "El hombre y/o la obra". *Comentarios sobre la función de lo 'social' en L'Idiot de la famille, sin nombre*. São João de Porto Rico, 1981. p.40-51. v. XIX, n.4.
6. LEENHARDT, J. e JÓZSA, P. *Lire la lecture, Essai de sociologie de la lecture*. Paris, 1982.
7. O questionário teve como objeto a leitura dos seguintes romances: PEREC, Georges. *Les choses*. Paris, Julliard, 1965 — que recebeu, no ano de sua publicação, o Prêmio Renaudot — e FEJES, Endre. *Le cimetière de roville*. Paris, Denoël, 1966. Essas duas obras foram lidas ao mesmo tempo na língua original e em tradução, em Paris e Budapest.
8. Cf. infra, "L'écrit comme texte".
9. Cf. nosso artigo "Vers une sociologie des mouvements d'avant-garde". In: WEISGERBER, J. (ed.). *Les avant-gardes littéraires au XX^e siècle*. Budapest, Adadémiai Kiadó, 1984, p.1059-72.
10. Pode-se encontrar em *Yo, el supremo*, admirável romance de A. Roa Bastos, uma bela ilustração desse processo ditatorial do escrito.
11. A propósito dessa oposição entre as espiritualidades abraâmica e mosaica, v.: LEENHARDT, F. J. *La parole et le buisson de feu*. Neuchâtel, 1962.

12. Numa perspectiva que não fosse, como a presente, simplesmente tipológica, e sim, desenvolvesse as presentes observações no plano histórico e sociológico, seria conveniente ressaltar o quanto a leitura a-simbólica alimentou os movimentos sectários e proféticos, desde a Antigüidade grega, especialmente na baixa Idade Média. A esse respeito, v.: TROELTSCH, E. *Die Soziallehren der christlichen Kirchen und Gruppen*. Tübingen, 1923. p.418 et seq.
13. CASSIRER, E. *La philosophie des formes symboliques*. Paris, 1972. v.1. p.57.
14. Cf. INGARDEN, R. *L'oeuvre d'art littéraire*. Lausanne, 1983. p.254.
15. "Comment parler de la littérature", debate entre Fumaroli, M. e Genette G. *Le Débat*, n.29, março de 1984. p.148.
16. Cf. BOURDIEU, P. "Champ intellectuel et projet créateur". *Les temps modernes*, nov. 1966. p.245.
17. "Se se compreende por experiência e correlação, em uma cultura, entre domínios de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade". FOUCAULT, M. *L'usage des plaisirs*. Paris, 1984. p.10.